



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia PODER JUDICIÁRIO SALVADOR 12ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - PROJUDI

PADRE CASIMIRO QUIROGA, 2403, 2º ANDAR (FÓRUM IMBUÍ), IMBUÍ - SALVADOR ssa-12vsje-consumo@tjba.jus.br | **Funcionamento:** 13:00 às 19:00 - Tel.: (71) 3372-7383 **PROCESSO N.º: 0206088-81.2025.8.05.0001**

AUTOR:

RÉ:
AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA

SENTENÇA

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

Em sede de contestação, a parte ré não suscitou preliminar e não formulou pedido contraposto.

Passo à análise do mérito.

A parte autora alega ser cliente da ré e assinante “PRIME” o que inclui acesso ao *streaming* “Prime Video”, mas que desde 02 de fevereiro de 2025 todos os conteúdos, filmes ou séries, acessados na “PRIME VÍDEO” passaram a ser precedidos ou interrompidos por propagandas e anúncios sem a possibilidade de “pular” o anúncio, e que a requerida passou a cobrar uma parcela adicional de R\$ 10,00 (dez reais) mensais dos consumidores que desejam retornar ao serviço originalmente contratado, ou seja, sem as interrupções publicitárias, caracterizando flagrante prática abusiva e estratégia predatória de mercado.

A requerida, em sua defesa, sustenta que não se trata de modificação do serviço, uma vez que não afeta em nada o conteúdo tornado disponível, ou a qualidade da prestação. Destaca que não houve qualquer tipo de restrição a conteúdo já existente, tampouco qualquer modificação no tocante à inserção de novos conteúdos acessíveis aos consumidores. Sustenta que a possibilidade de promover atualizações ou modificações no serviço é prevista nos termos de uso da aplicação ‘Prime Video’, de modo que não pode ser considerada como ilícita ou abusiva a decisão de inclusão de anúncios publicitários no conteúdo que torna disponível.

Cumpra esclarecer que a natureza da relação jurídica travada entre as partes é de consumo, uma vez que se encontram presentes as figuras do consumidor e do fornecedor (artigos 2º e 3º da Lei 8078/90).

Ao autor cabe a prova dos fatos constitutivos do seu direito, (art. 373, I, do CPC) e, nos casos de verossimilhança ou hipossuficiência do consumidor, o magistrado está autorizado a inverter o ônus probatório (art. 6º, VIII, do CDC).

Inicialmente destaca-se que a requerida implementou a alteração com comunicação feita apenas em 48 horas (dias 25 e 26 de fevereiro, conforme confessado na defesa anexada ao evento 11), violando o dever de informação previsto no art. 6º, III, do CDC, que assegura como direito básico do consumidor "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem".

Flávio Tartuce e Daniel Amorim Assumpção Neves sublinham que:

O princípio da transparência, consagrado expressamente no caput do art. 4º do CDC, traduz a ideia de que o consumidor tem o direito de ser informado sobre todos os aspectos relevantes do produto ou serviço, para que possa tomar sua decisão de consumo de forma plenamente consciente. (TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual. 9ª ed. São Paulo: Método, 2023, p. 45).

O art. 51, IV, do CDC considera nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que "estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade".

Segundo Rizzatto Nunes: "O equilíbrio contratual é princípio basilar das relações de consumo, que não se refere apenas à equivalência econômica das prestações, mas também à manutenção das características essenciais do serviço contratado, sem as quais o consumidor não o teria adquirido" (NUNES, Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2024, p. 673).

A análise dos fatos narrados sugere a presença de uma estratégia comercial que a doutrina consumerista denomina "bait-and-switch" (isca e troca), consistente na atração de consumidores com uma oferta vantajosa (preço promocional de R\$19,90), para posteriormente alterar substancialmente as condições do serviço (inclusão de anúncios) e oferecer o retorno às condições originais mediante pagamento adicional (R\$10,00).

Como explica Bruno Miragem:

A estratégia de `isca e troca` caracteriza-se como prática comercial desleal, em que o fornecedor atrai o consumidor com condições aparentemente vantajosas, para depois alterar o equilíbrio econômico da relação a seu favor, frustrando a legítima expectativa do consumidor e violando a boa-fé objetiva. (MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. 8ª ed. São Paulo: RT, 2020, p. 289).

Herman Benjamin, tratando das práticas abusivas, assevera:

A proibição de práticas comerciais abusivas, entre as quais se incluem estratégias como o `bait-and-switch`, decorre da função social do contrato e da proteção da confiança no mercado de

consumo. Quando o fornecedor atrai consumidores mediante condições vantajosas, cria uma legítima expectativa que não pode ser posteriormente frustrada através de alterações unilaterais que desnaturam a essência do contrato, comprometendo o sinalagma original. (BENJAMIN, Antônio Herman V. Das Práticas Comerciais. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 328).

Portanto, a conduta da requerida revelou-se abusiva, de forma que a o reconhecimento de nulidade da cláusula contratual que impõe ao consumidor desvantagem não informada é medida que se impõe.

Quanto ao pedido de indenização por dano extrapatrimonial, a jurisprudência e a doutrina reconhecem que a reparação por danos morais não se limita à compensação econômica, mas deve também possuir uma função educativa e preventiva. O caráter pedagógico da condenação é essencial para inibir práticas abusivas e desrespeitosas no futuro, promovendo, assim, uma cultura de respeito e dignidade nas relações sociais e contratuais.

Diante da gravidade da conduta praticada pela parte ré, é imprescindível que a decisão judicial não apenas reconheça o dano causado, mas também sirva como um forte sinalizador para a sociedade e para os agentes envolvidos, de que comportamentos similares não serão tolerados. A fixação de indenização por danos morais, portanto, não se configura como mera punição, mas como um instrumento de ensino e conscientização.

Assim, considerando o contexto apresentado e a necessidade de promover a reparação de danos sofridos pela parte autora, além de estimular uma mudança de comportamento por parte da parte ré e demais envolvidos, entendo que a condenação em danos morais é medida que se impõe, nos moldes do que preconiza o artigo 927 do Código Civil, que estabelece a responsabilidade por ato ilícito.

Diante disso, condeno a requerida ao pagamento da indenização extrapatrimonial devida, observada as peculiaridades do caso concreto. Na fixação do *quantum* indenizatório, devem ser consideradas, de acordo com os elementos dos autos, a gravidade da conduta, as condições do ofensor e ofendido, a extensão do dano, o caráter pedagógico da medida, a vedação ao enriquecimento ilícito e critérios de razoabilidade de proporcionalidade.

No tocante ao pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, deixo de analisá-lo, porquanto o momento processual adequado para a sua apreciação dá-se quando da interposição do recurso nominado, visando tal pleito à isenção do pagamento do preparo e eventual condenação em honorários sucumbenciais. Por fim, a regra no âmbito dos Juizados Especiais é a não condenação em custas no primeiro grau (art. 55 da Lei 9.099/95).

Isso posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos termos desta sentença, para:

1) **CONDENAR** a parte acionada na obrigação de fazer de **SUSPENDER** a veiculação de propagandas que interrompam a exibição de filmes e demais conteúdos audiovisuais para o requerente no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (-), sem prejuízo de posterior majoração; e

2) **CONDENAR** a parte acionada na obrigação de não fazer, consistente na abstenção de cobranças de qualquer valor adicional do consumidor para a remoção das propagandas interruptivas, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (-), sem prejuízo de posterior majoração; e

3) **CONDENAR** a acionada ao pagamento da quantia total e única ao acionante de R\$ 3.000,00 (-) a título de indenização por dano moral, devendo incidir juros de mora calculados conforme a taxa SELIC, deduzido o IPCA, contados a partir da citação (04/11/2025 – data do comparecimento espontâneo), adotando-se o critério da mora *ex persona* e correção monetária pelo índice IPCA a contar do arbitramento, conforme Súmula 362 do STJ.

Quanto aos pleitos obrigacionais acima reconhecidos, as penalidades por descumprimento incidem sem prejuízo de sua majoração ou conversão da obrigação em perdas e danos, cabendo ao requerente informar o descumprimento em até 10 (dez) dias do transcurso do respectivo prazo fixado, sob pena de não aplicação da penalidade cominada.

Intime-se a parte exequente para adotar as medidas que entender devidas, impulsionando a fase de cumprimento de sentença no processo principal, à luz do que preceituam os arts. 52 e 53 da Lei 9.099/95 c/c arts. 523 e ss. do CPC.

Partes isentas do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios nessa fase procedimental (art. 54 da lei nº 9.099/95).

Havendo eventual interposição de recurso nominado e, uma vez certificada a sua tempestividade e preparo, recebo-o sem efeito suspensivo, intimando-se a parte recorrida para apresentar as suas contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo assinalado, subam os autos à Turma Recursal.

Em caso de requerimento da gratuidade da justiça, a sua apreciação dar-se-á quando da interposição do recurso, bem como seu deferimento ficará condicionado à apresentação de documentos que comprovem a efetiva insuficiência de recursos (DECORE, contracheque, declaração de IR, despesas ordinárias de manutenção da unidade familiar), os quais devem instruir obrigatoriamente a petição de interposição do recurso.

Intimem-se.

Salvador, *data da assinatura eletrônica*.

DALIA ZARO QUEIROZ

Juiz de Direito

Documento Assinado Eletronicamente

Assinado eletronicamente por: DALIA ZARO QUEIROZ Código de validação do documento: ac39ec58 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.